

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



Ministério do Trabalho e Emprego



**PLANO PLURIANUAL
2008-2011**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Ministério do Trabalho e Emprego

EXERCÍCIO 2012

ANO BASE 2011

**Brasília
2012**

ÍNDICE

Apresentação.....	1
Sumário Executivo	2
Avaliação dos Objetivos Setoriais.....	7
Avaliação dos Programas	10
Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda	11
Qualificação Social e Profissional.....	19
Rede de Proteção ao Trabalho.....	25
Crédito Orientado ao Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda	28
Erradicação do Trabalho Escravo	31
Democratização das Relações de Trabalho	34
Economia Solidária em Desenvolvimento	37
Segurança e Saúde no Trabalho	42
Microcrédito Produtivo Orientado	48

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 6.601, de 10 de outubro de 2008 que trata do modelo de gestão do PPA 2008-2011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborarem a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação do programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

SUMÁRIO EXECUTIVO

→ EXECUÇÃO FINANCEIRA DO ÓRGÃO

Em 2011, do total previsto para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram utilizados R\$ 62.390.524.371,05 para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R\$55.738.243.295,00	Empenho Liquidado:	R\$ 62.390.524.371,05
	Pago Estatais:	R\$ 0,00
	Total:	R\$ 62.390.524.371,05

* Inclui todas as ações executadas por unidades orçamentárias do órgão, independentemente do órgão do programa.

Além disso, do total de R\$ 776.589.165,09 inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2011, foram executados R\$ 436.905.414,30, ou seja, 56,26 %.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no período do PPA 2008-2011, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2011		
		Previsto	Realizado*	%
Finalístico	0099 Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda	34.436.809.735,00	33.084.630.522,09	9.607,34
	0101 Qualificação Social e Profissional	278.838.502,00	12.795.806,44	458,90
	0102 Rede de Proteção ao Trabalho	30.300.000,00	21.568.436,11	7.118,30
	0103 Crédito Orientado ao Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda	2.397.000,00	150.966,56	629,81
	0107 Erradicação do Trabalho Escravo	10.878.371,00	6.759.910,89	6.214,08
	1132 Democratização das Relações de Trabalho	4.600.000,00	2.501.132,15	5.437,24
	1133 Economia Solidária em Desenvolvimento	113.268.662,00	25.480.172,45	2.249,53
	1184 Segurança e Saúde no Trabalho	75.422.592,00	68.234.085,03	9.046,90
	1387 Microcrédito Produtivo Orientado	2.700.000,00	11.748,77	43,51

Finalístico (total)		34.955.214.862,00	33.222.132.780,49	95,04
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	0106 Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda	211.049.871,00	142.458.283,20	675,00
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais (total)		211.049.871,00	142.458.283,20	67,50
Total Global		35.166.264.733,00	33.364.591.063,69	94,88

* Valores Executados (liquidado) em 2011.

* Inclui apenas ações executadas em programas do órgão, independentemente da unidade orçamentária da ação.

→ INDICADORES

Programa	Indicador	Índice de Referência (linha de base)		Índice Apurado em 2011		Índice previsto para o final do PPA (2011)
		Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração	
0099 Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda	Taxa de Cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (Re)Inserção no Mercado de Trabalho Formal - PERCENTAGEM	7,00	02/01/2006	4,54	12/2011	7,42
	Taxa de Captação de Vagas - PERCENTAGEM	14,00	02/01/2006	12,50	12/2011	14,28
	Taxa de Aproveitamento de Vagas - PERCENTAGEM	50,00	02/01/2006	36,33	12/2011	52,03
	Taxa de Cobertura do Abono Salarial - %	94,09	01/01/2007	93,82	12/2011	98,00
	Taxa de Cobertura do Seguro Desemprego - %	62,77	01/01/2007	75,65	12/2011	63,10
0101 Qualificação Social e Profissional	Carga Horária Média por Pessoa Qualificada - Hora	191,52	31/12/2005	200,00	01/2012	230,00
	Número Índice de Cobertura Relativa da População de Mulheres - número índice	135,28	31/12/2005	145,00	01/2012	136,80

(Continuação) 0101 Qualificação Social e Profissional	Taxa de Integração das Políticas de Qualificação às Políticas Públicas de Trabalho, Desenvolvimento e Inclusão Social - percentual	70,00	31/12/2005	70,00	01/2012	85,00
	Taxa de Encaminhamento Pós-Qualificação ao Mundo do Trabalho - PERCENTAGEM	114,79	31/12/2007	100,00	01/2012	99,50
	Número Índice de Cobertura Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos) - número índice	213,17	31/12/2005	153,00	01/2012	216,00
	Número Índice de Cobertura Relativa da População de Não Brancos - número índice	123,74	31/12/2005	144,00	01/2012	127,00
	Número Índice de Cobertura Relativa da População de Baixa Escolaridade - número índice	89,20	31/12/2005	65,00	01/2012	95,00
	Taxa de Pessoas Qualificadas das Pessoas Atendidas pelo SPETR - porcentagem	6,00	31/12/2006	2,16	05/2012	20,00
	Taxa de Eficácia das Qualificações - %	94,00	31/12/2005	90,00	01/2012	95,00
0102 Rede de Proteção ao Trabalho	Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados – PERCENTAGEM	86,46	31/12/2006	74,10	01/2012	82,75
0103 Crédito Orientado ao Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda	Número de trabalhadores diretamente beneficiados pela concessão de crédito – UNIDADE	1.609.007,00	30/12/2006	863.442,00	01/2012	0,00
0107 Erradicação do Trabalho Escravo	Número de Trabalhadores Libertados – UNIDADE	1.741,00	09/08/2006	2.271,00	12/2011	3.000,00

1132 Democratização das Relações de Trabalho	Taxa de Eficácia das Mediações - porcentagem (%)	0,00		92,40	12/2011	70,69
	Taxa de Resolução de Conflitos - %	74,44	31/12/2007	81,89	12/2011	75,00
1133 Economia Solidária em Desenvolvimento	Número de Trabalhadores Inseridos Social e Economicamente por meio de Empreendimentos Econômicos Solidários - UNIDADE	1.250.000,00	31/12/2005	2.347.012,00	12/2011	2.100.000,00
	Taxa de Participação da Economia Solidária no PIB - porcentagem	0,59	31/12/2005	0,33	12/2010	1,00
	Percentual de Trabalhadores da Economia Solidária que Recebem Menos de 1 Salário Mínimo - percentual	76,00	31/12/2005	47,00	12/2011	50,00
1184 Segurança e Saúde no Trabalho	Coefficiente de Acidentes Decorrentes do Trabalho - 1/1.000	15,63	31/12/2006	19,14	12/2010	13,40
	Coefficiente de Doenças Relacionadas ao Trabalho - 1/10.000	12,00	31/12/2006	43,00	12/2010	52,00
	Coefficiente de Mortalidade por Acidentes de Trabalho - 1/100.000	10,75	31/12/2006	7,40	12/2010	9,10
	Coefficiente de Trabalhadores Alcançados pela Inspeção de Segurança e Saúde - 1/1.000	770,00	31/12/2006	386,00	12/2010	750,00
	Taxa de Acidentes Fatais Investigados - PERCENTAGEM	22,45	31/12/2006	31,19	12/2010	30,00
	Número de produção científica dos pesquisadores da FUNDACENTRO - UNIDADE	15,00	01/12/2006	30,00	12/2011	35,00

1387 Microcrédito Produtivo Orientado	Saldo da Carteira Ativa do Microcrédito Produtivo Orientado. - número índice	100,00	31/12/2007	307,40	12/2011	160,00
	Quantidade de Operações de Microcrédito Produtivo Orientado - número índice	100,00	31/12/2006	315,47	12/2011	266,61
	Volume de Crédito Concedido para Microcrédito Produtivo Orientado - número índice	100,00	31/12/2006	479,09	12/2011	363,00
	Número de Clientes Ativos do Microcrédito Produtivo Orientado. - número índice	100,00	31/12/2007	241,16	12/2011	202,00

AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS SETORIAIS

No que se refere à proteção e benefícios ao trabalhador, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE executa ações que visam à manutenção de renda, para o que foram empregados em 2011 R\$ 23,8 bilhões na concessão do seguro-desemprego, em suas diversas modalidades, beneficiando mais de 7 milhões de trabalhadores, e R\$ 10,4 bilhões em pagamento do abono salarial, beneficiando 19 milhões de trabalhadores.

A identificação da população por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS é de suma importância para o trabalhador, uma vez que retrata a vida profissional e garante acesso aos benefícios oferecidos pelo governo federal. Atualmente as Carteiras de Trabalho são emitidas em dois modelos distintos: manual e informatizado. No ano de 2011 foram emitidas 6,64 milhões de CTPS, sendo 2,75 milhões do modelo informatizado e 3,89 milhões do modelo manual.

A implantação do sistema via web Mais Emprego em toda a rede de atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego resultou em agilidade e aprimoramento na concessão do seguro-desemprego, no processo de intermediação de mão de obra e na qualificação profissional. A grande inovação é que qualquer trabalhador, ao dar entrada no requerimento do seguro-desemprego, está automaticamente inscrito no processo de intermediação de emprego do Sistema Nacional de Emprego - SINE e, se houver vaga compatível com seu perfil profissional, será convocado a participar do processo de seleção para novo emprego, independentemente de requerimento.

Em 2011, o MTE promoveu a qualificação social e profissional de mais de 90 mil trabalhadores mediante convênios firmados de 2008 a 2010. Ao todo foram despendidos mais de R\$57 milhões para a execução dessas ações. Nesse contexto, destaca-se que a implantação do Sistema Mais Emprego possibilitou o encaminhamento de 100% dos qualificados para a intermediação de mão de obra do SINE.

Por intermédio da auditoria fiscal do trabalho, o MTE formalizou o vínculo empregatício de 480.423 trabalhadores no mercado de trabalho, com a respectiva anotação da CTPS, contribuindo, desta forma, para o aumento na arrecadação do FGTS e para um significativo impacto nos recursos recolhidos à Previdência Social. O Ministério inspecionou o recolhimento ao FGTS em 162,4 mil empresas; essas fiscalizações resultaram em R\$ 1,6 bilhões em valores notificados e recolhidos sob ação fiscal, sendo emitidas 16,2 mil notificações de débito. Esta ação se consolida como uma das principais ferramentas de proteção do patrimônio do trabalhador.

Foram realizadas ações fiscais específicas para o meio rural, dirigidas prioritariamente à proteção de trabalhadores safristas, sincronizadas com o cronograma e a sazonalidade da produção agrícola, com a finalidade de verificar o cumprimento de direitos trabalhistas como registro do trabalhador, jornada de trabalho, descansos, salários e conexos. As fiscalizações resultaram na formalização do vínculo de emprego de cerca de 61 mil trabalhadores rurais em 2011, reduzindo a informalidade no setor, que historicamente apresenta os índices mais elevados de trabalhadores laborando sem CTPS assinada.

O ano de 2011 registrou inserção recorde, mediante ação fiscal, em duas situações específicas de cumprimento de cota legal: foram inseridos no mercado de trabalho 118,2 mil jovens

aprendizes e 34,4 mil pessoas com deficiência. Com vistas ao combate às piores formas de trabalho infantil, a inspeção do trabalho realizou 7.029 fiscalizações, com o afastamento de 10.362 crianças e adolescentes do trabalho.

Tendo em vista a execução do Programa de Aceleração do Crescimento, em 2011 o MTE atuou fortemente na prevenção de conflitos em grandes obras, inclusive nas relacionadas à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016. Muitas dessas obras concentram aspectos que potencializam conflitos, tais como grande número de trabalhadores, afastados de seu estado de origem, em condições de risco à saúde e à segurança, e laborando correntemente acima da jornada de 44 horas semanais. O Ministério, diretamente ou por meio das unidades descentralizadas, identifica potenciais conflitos e coloca-se à disposição para a mediação das relações entre trabalhadores e empregadores na busca de soluções consensuadas. Com isso, foram alcançados acordos significativos em obras como o Porto de Itapuá, as usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, o Porto de Suape e o Estádio do Maracanã.

As capacitações na área de relações do trabalho alcançaram 25,3 mil pessoas em 2011, compreendendo a instrumentalização de servidores e sociedade em geral, especialmente as representações sindicais, dotando-os de conhecimentos acerca do mundo do trabalho que auxiliam na evolução da organização sindical, das negociações coletivas e das relações de trabalho em geral.

O sistema Homolognet, que realiza cálculos e emite termo de rescisão do contrato de trabalho, gerou em 2011 1,8 mil rescisões que foram enviadas à assistência nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, tendo como resultado 44 não homologadas, 1,5 mil homologadas sem ressalvas, 275 homologadas com ressalvas e 10 com compromisso da empresa de retificar a rescisão. O Homolognet faz parte do Sistema Integrado de Relações do Trabalho, o maior banco de dados existente no país, que compreende ainda informações sobre a organização sindical - Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, as negociações coletivas no setor privado (sistema Mediador) e o mercado de trabalho temporário - Sistema de Registro de Empresas de Trabalho Temporário.

Estima-se que os agravos à saúde do trabalhador no Brasil totalizem mais de R\$ 55 bilhões anuais, somente com dispêndios com benefícios, atenção à saúde e aposentadorias por incapacitação. Para enfrentar o problema, foi aprovada a Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho. Em 2011 realizou-se ainda a primeira Bienal da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro, na qual foram debatidos os grandes desafios do momento em segurança e saúde do trabalhador; ademais, buscando novas formas de disseminação de informações técnicas, foram disponibilizados 21 programas na forma de podcast na Internet e foram emitidos 422 relatórios técnicos. Ainda nesse ano teve início o primeiro curso de mestrado *stricto-sensu* voltado exclusivamente à segurança e saúde no trabalho no Brasil.

Foi aprovada em 2011 resolução normativa que autoriza a concessão de visto temporário ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil para participar de programa de intercâmbio profissional com entidade empregadora estabelecida no país. Foram concedidas 70.524 autorizações de trabalho estrangeiro ao longo do ano. Inaugurou-se, no Oiapoque - AP, a segunda Casa do Migrante, cujo objetivo é orientar os brasileiros da região da fronteira Brasil/Guiana sobre a possibilidade de inserção no mercado de trabalho e o bem-estar do trabalhador, visto que a baixa escolaridade, a falta de capacitação profissional e o ingresso em atividades ilegais dificultam sua colocação.

Para expandir a Economia Solidária como alternativa para o desenvolvimento do país, o MTE integrou ações do programa ao Eixo Inclusão Produtiva na Área Urbana do Plano Brasil sem Miséria. Com isso, se amplia o acesso a serviços financeiros, de comercialização, assistência técnica, formação profissional, social e política mediante incubação. Como resultado, foram beneficiadas mais de 100 mil pessoas, incluindo cerca de 25 mil famílias em situação de pobreza extrema, por meio do apoio de 30 projetos, em 270 municípios.

Os projetos apoiados envolveram a participação de 15 mil pessoas em ações de formação e assistência técnica a 1,5 mil empreendimentos, o apoio a 45 iniciativas de fomento ao crédito e viabilização de recursos para estruturação de 1.000 empreendimentos, bem como a implantação de 60 iniciativas de pontos fixos de comercialização e bases de apoio para prestar assessoria aos empreendimentos e redes de cooperação para acesso aos mercados. Ampliou-se, ainda, o apoio e fomento às cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, com o benefício direto de 7,6 mil famílias em situação de pobreza extrema e o apoio a 10,6 mil catadores, por meio de formação e assessoria técnica.

Para promover o desenvolvimento econômico com inclusão social é necessário gerar emprego e renda, inclusive pelo acesso a crédito produtivo para micro e pequenas empresas, associações produtivas, cooperativas e profissionais liberais. Nesse contexto, o Codefat autorizou a alocação de recursos no montante de até R\$ 3,5 bilhões em 2011, além de estarem em utilização R\$ 5 bilhões referentes a recursos alocados em anos anteriores nos bancos.

Avaliação externa realizada nos anos de 2009 a 2011 constatou que o crédito impactou na contratação de 6,7 empregados em média, em cada empreendimento, e que o Proger teve influência positiva, promovendo a redução do trabalho informal, além de ter contribuído para a democratização do crédito com taxas de juros inferiores àquelas praticadas pelo mercado brasileiro.

Desde sua criação, em 2005, o Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO realizou, até setembro de 2011, mais de 9 milhões de operações de microcrédito, somando um total de R\$ 12 bilhões em termos nominais. Em 2011 o microcrédito concedeu um volume de crédito de R\$ 3,7 bilhões distribuídos em 2.501.383 operações e com cerca de 2.451.356 clientes realizados; o valor médio concedido de crédito foi de R\$ 1.501,22. Somente o Banco do Nordeste do Brasil, realizou até novembro de 2011 1,9 milhão de operações, com desembolso total de R\$ 2,5 bilhões e uma carteira ativa de 1 milhão de clientes do Programa Crediamigo.

Visando complementar sua atuação, o Governo lançou em 2011 o Programa Crescer, que mantém a base da metodologia consagrada do PNMPO, embora, a concessão de crédito conte com subvenção do Tesouro Nacional nas operações em que a taxa de juros praticada seja de até 8% ao ano para o tomador, acrescida da taxa de abertura de crédito de no máximo 1%.

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda

GERENTE DO PROGRAMA

Carlo Roberto Simi

TIPO DO PROGRAMA

Finalístico

PROBLEMA

Ante o cenário de rápidas mudanças tecnológicas e gerenciais, de integração de mercados, aumento da competitividade e de transição geográfica do emprego, o Brasil tem assistido a mudanças estruturais importantes em seu mercado de trabalho. Nesse contexto de rápidas mudanças, o acesso às informações adquire um papel estratégico, especialmente as relativas à inserção social, oferta e demanda por trabalho. Decorre daí uma maior necessidade de se intensificar as ações integradas de intermediação de emprego, seguro-desemprego e abono salarial. As transformações no mercado de trabalho também acarretam maior risco de desemprego involuntário e, na presente década, tem aumentado o tempo de desemprego que, aliada a demanda das pessoas que ingressam anualmente na População Economicamente Ativa (PEA), elevam a necessidade de mecanismos de geração de renda, em contraste com a redução da capacidade orçamentária e financeira. O afastamento do mercado produtivo traduz em dificuldades crescentes para o trabalhador e seus dependentes. Ao mesmo tempo, quanto maior a duração do tempo de desemprego, tanto menor será a possibilidade de atualização profissional do trabalhador. Outrossim, o aumento da oferta de mão-de-obra disponível reduz as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, reduzindo a renda per capita efetiva. Nesse sentido, a ampliação da integração e articulação da intermediação de mão-de-obra com o seguro-desemprego é uma forma de minorar os impactos do desemprego na vida do trabalhador e seus dependentes, potencializando as oportunidades de reinserção no mercado de trabalho e de aperfeiçoamento profissional, por intermédio de qualificação e requalificação profissional, maximizando, assim, recursos orçamentários e financeiros disponíveis na direção de esforços para ampliar a renda do trabalhador.

OBJETIVO

Elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio da consolidação do Sistema Público de Emprego, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles a procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

→ METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Bolsa de Qualificação Profissional para Trabalhador com Contrato de Trabalho Suspenso - 0217 (TRABALHADOR BENEFICIADO/UNIDADE)	31.969,00	5.923,00	15.613.536,00	14.585.793,06
Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED - 2624 (Admissão/desligamento processado/UNIDADE)	34.842.033,00	38.755.772,00	19.828.339,00	17.251.358,69
(RAP 2010) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED - 2624 (Admissão/desligamento processado/UNIDADE)	0,00	0,00	4.969.084,08	1.526.812,97
Classificação Brasileira de Ocupações - CBO - 4245 (Família ocupacional atualizada/UNIDADE)	10,00	0,00	1.500.000,00	363.019,26
(RAP 2010) Classificação Brasileira de Ocupações - CBO - 4245 (Família ocupacional atualizada/UNIDADE)	0,00	0,00	160.991,45	83.164,55
Coordenação Técnico-Administrativa do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT - 2C43 (-/-)	0,00	0,00	500.000,00	202.880,63
(RAP 2010) Coordenação Técnico-Administrativa do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT -	0,00	0,00	12.652,34	0,00

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
2C43 (-/-)				
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	4.000.000,00	2.172.180,54
(RAP 2010) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	1.965.146,22	1.866.205,08
Habilitação do Trabalhador ao Seguro-Desemprego - 2633 (TRABALHADOR HABILITADO/UNIDADE)	3.922.575,00	4.469.045,00	42.050.000,00	11.141.457,80
(RAP 2010) Habilitação do Trabalhador ao Seguro-Desemprego - 2633 (TRABALHADOR HABILITADO/UNIDADE)	0,00	0,00	21.364.836,59	21.207.887,98
Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - 2553 (Carteira de trabalho emitida/UNIDADE)	5.733.348,00	6.652.569,00	25.500.000,00	3.219.159,37
(RAP 2010) Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - 2553 (Carteira de trabalho emitida/UNIDADE)	0,00	0,00	918.004,72	781.459,16
Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra - 2550 (TRABALHADOR COLOCADO/UNIDADE)	1.100.788,00	943.019,00	105.950.000,00	28.363.649,45
(RAP 2010) Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra - 2550 (TRABALHADOR COLOCADO/UNIDADE)	0,00	0,00	57.153.556,23	56.757.868,93
Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra - Plano Brasil sem Miséria - 20GH (PESSOA	10.000,00	0,00	1.800.000,00	1.142.477,50

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
CAPACITADA/UNIDADE)				
Pagamento do Benefício Abono Salarial - 0581 (TRABALHADOR BENEFICIADO/UNIDADE)	18.189.315,00	19.096.510,00	10.833.970.085,00	10.379.396.260,00
Pagamento do Seguro-Desemprego - 0583 (TRABALHADOR BENEFICIADO/UNIDADE)	7.159.383,00	7.693.779,00	23.121.878.479,00	22.488.328.814,38
Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Doméstico - 0653 (TRABALHADOR BENEFICIADO/UNIDADE)	14.130,00	11.299,00	24.642.957,00	23.296.245,00
Pesquisas sobre Emprego e Desemprego - PED - 4812 (PESQUISA DIVULGADA/UNIDADE)	84,00	84,00	11.000.000,00	4.602.665,52
(RAP 2010) Pesquisas sobre Emprego e Desemprego - PED - 4812 (PESQUISA DIVULGADA/UNIDADE)	0,00	0,00	3.550.000,00	3.050.000,00
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	8.000.000,00	7.496.289,91
(RAP 2010) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	51.505,72	4.534,92
Relação Anual de Informações Sociais - RAIS - 2621 (Vínculo empregatício processado/UNIDADE)	68.000.000,00	72.391.304,00	12.755.822,00	11.504.400,83
(RAP 2010) Relação Anual de Informações Sociais - RAIS - 2621 (Vínculo empregatício processado/UNIDADE)	0,00	0,00	799.182,56	553.926,90
Remuneração de Agentes Financeiros Pagadores e Operadores do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial - 8884 (Benefício pago/UNIDADE)	53.656.095,00	48.933.351,00	124.535.521,00	15.433.743,93

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
(RAP 2010) Remuneração de Agentes Financeiros Pagadores e Operadores do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial - 8884 (Benefício pago/UNIDADE)	0,00	0,00	5.034.179,00	0,00
Remuneração de Agentes Operadores do Benefício do Abono Salarial - 4783 (Benefício processado /UNIDADE)	18.882.304,00	19.096.510,00	2.000.000,00	0,00
(RAP 2010) Remuneração de Agentes Operadores do Benefício do Abono Salarial - 4783 (Benefício processado /UNIDADE)	0,00	0,00	740.986,92	740.986,92
Remuneração de Agentes Operadores do Seguro-Desemprego - 4784 (Benefício processado /UNIDADE)	32.183.619,00	31.277.436,00	59.000.000,00	57.212.607,67
(RAP 2010) Remuneração de Agentes Operadores do Seguro-Desemprego - 4784 (Benefício processado /UNIDADE)	0,00	0,00	7.754.123,78	6.631.573,31
Sistema de Integração das Ações de Qualificação Profissional com a Intermediação do Emprego e Seguro-Desemprego - SIGAE - 4741 (Sistema Implantado /UNIDADE)	1,00	1,00	22.284.996,00	18.917.518,55
(RAP 2010) Sistema de Integração das Ações de Qualificação Profissional com a Intermediação do Emprego e Seguro-Desemprego - SIGAE - 4741 (Sistema Implantado /UNIDADE)	0,00	0,00	2.769.518,26	2.712.483,26

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
	Previsto		Realizado	
Subtotal LOA + Créditos 2011	34.436.809.735,00		33.084.630.522,09	
Subtotal RAP 2011	107.243.767,87		95.916.903,98	
Subtotal Não-Orçamentário 2011	0,00		0,00	
TOTAL	34.544.053.502,87		33.180.547.426,07	

→ INDICADORES

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2011		Índice previsto para o final do PPA (2012)	Alcance do índice previsto para 2012			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Taxa de Aproveitamento de Vagas (PERCENTAGEM)	50,00	02/01/2006	36,33	12/2011	40,90	-	X	-	-

Fonte: SINE

Medidas corretivas necessárias:

O dado revela a necessidade de uma melhor administração da ação de intermediação de mão-de-obra, mas principalmente aponta para o problema de descasamento entre o perfil do trabalhador que recorre ao Sine e aquele requerido pelo empregador, devido à baixa qualificação profissional. Visando inclusive aumentar o percentual de aproveitamento das vagas, o Ministério do Trabalho e Emprego concluiu em 2011 a implantação do Portal MTE Mais Emprego, o qual possibilita um melhor cruzamento entre o perfil das vagas disponibilizadas ao Sine e o perfil dos trabalhadores inscritos, aumentando assim o resultado desse indicador.

Justificativa:

Nos dois últimos anos a intermediação de mão-de-obra passou por mudança em seu sistema de gestão das informações.. Dessa forma, o resultado das taxas de desempenho das ações do SINE demonstram reflexos da transição na rotina das atividades. Considerando-se o porte da rede de atendimento, as implicações técnicas decorrentes da transição de sistemas, bem como a mudança de cultura dos executores e dos usuários do novo sistema, que passou a ser via web, pode-se no decorrer da implantação e transição perceber queda nos indicadores de resultado das ações. Mesmo assim, pode-se perceber um aumento do indicador em relação ao apurado no período anterior (2010), para o qual foi alcançado 32,37%.

Taxa de Captação de Vagas (PERCENTAGEM)	14,00	02/01/2006	12,50	12/2011	17,94	X	-	-	-
---	-------	------------	-------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: CAGED/SPPE/MTE

Taxa de Cobertura do Abono Salarial (%)	94,09	01/01/2007	93,82	12/2011	97,78	X	-	-	-
---	-------	------------	-------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: CGSAP/DES/SPPE/MTE

Taxa de Cobertura do Seguro Desemprego (%)	62,77	01/01/2007	75,65	12/2011	81,92	X	-	-	-
--	-------	------------	-------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: CGSAP/DES/SPPE/MTE

Taxa de Cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (Re)Inserção no Mercado de Trabalho Formal (PERCENTAGEM)	7,00	02/01/2006	4,54	12/2011	7,05	-	X	-	-
---	------	------------	------	---------	------	---	---	---	---

Fonte: CAGED/SPPE/MTE

Medidas corretivas necessárias:

Para melhorar a cobertura do Sist. Pub. de Emp. Trab. e Renda na (re)inserção no mercado de trabalho formal, o MTE implantou em 2011 o Sist. MTE Mais Emprego, que possibilita melhor cruzamento entre o perfil das vagas disponibilizadas ao Sine e o perfil dos trabalhadores inscritos, aumentando o resultado das ações e deste indicador, o qual demonstra a Relação percentual entre os trabalhadores colocados ou recolocados pelo SINE e o total das admissões registradas pelo CAGED. Outro esforço do MTE é o aumento da rede de atendimento do Sine, além do aumento dos recursos orçamentários para as ações IMO, HSD e QSP, a fim de melhorar as ações proativas na promoção do trabalhador a uma vaga de emprego. Essas três ações, embora sejam pilares do Programa do Seguro-Desemprego, ainda constam do Orçamento da União como discricionárias, tendo cortes orçamentários recorrentes, ficando com recursos insuficientes para expansão da rede Sine, bem como p/ prestação de serviço mais eficaz ao cidadão.

Justificativa:

Nos dois últimos anos as ações do Sine passaram por mudança em seu sistema de gestão das informações. Dessa forma, o resultado das taxas de desempenho dessas ações demonstra reflexos da transição na rotina das atividades. Considerando-se o porte da rede de atendimento, as implicações técnicas decorrentes da transição de sistemas, bem como a mudança de cultura dos executores e dos usuários do novo sistema, que passou a ser via

web, pode-se, assim, no decorrer do ano de 2011 perceber os reflexos do período de transição nos resultados físicos das atividades relacionadas à (re) colocação do trabalhador. Com a rotina internalizada quanto ao novo sistema, suas funcionalidades foram concebidas para aumentar a eficiência das ações do sistema, o que já se espera perceber no decorrer de 2012, quanto ao aumento da colocação de trabalhadores, em especial.

Qualificação Social e Profissional

GERENTE DO PROGRAMA

Carlo Roberto Simi

TIPO DO PROGRAMA

Finalístico

PROBLEMA

Baixa qualificação social e profissional da força de trabalho brasileira, em particular da população vulnerável (mulheres chefes de família, afro e índio descendentes, jovens, pessoas com mais de 40 anos, desempregados de longa duração, pessoas com baixa escolaridade, pessoas portadoras de deficiência, etc.), desarticulada das ações de certificação e orientação profissional e das políticas de emprego, trabalho e renda, das ações de elevação de escolaridades e outras ações de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, impede ou dificulta o acesso e permanência no trabalho decente, bem como a possibilidade de geração de renda.

OBJETIVO

Promover a qualificação social e profissional, a formação inicial e continuada e ações integradas de certificação e orientação profissional, em articulação com a inserção no mundo do trabalho, ações de elevação de escolaridade e de ações de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, como parte da construção do sistema público de emprego trabalho e renda e do sistema nacional de formação profissional.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores e trabalhadoras desempregados/as e em risco de desemprego, com ênfase nas populações vulneráveis.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

→ METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã) - 4786 (JOVEM CAPACITADO/UNIDADE)	250,00	599,00	450.000,00	313.924,97
(RAP 2010) Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã) - 4786 (JOVEM CAPACITADO/UNIDADE)	0,00	0,00	648.162,55	547.823,29
Certificação Profissional de Trabalhadores - 6638 (Trabalhador certificado/UNIDADE)	667,00	0,00	1.000.500,00	0,00

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	1,00	0,00	7.703.892,00	1.788.162,53
(RAP 2010) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	2.819.295,77	2.062.048,62
Identificação e Disseminação de Metodologias e Tecnologias Sociais de Qualificação - 6405 (Metodologia e tecnologia social implantada/UNIDADE)	1,00	0,00	3.115.985,00	0,00
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	2.000.000,00	1.682.532,14
(RAP 2010) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	596.745,31	596.488,58
Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs) - 4725 (TRABALHADOR QUALIFICADO/UNIDADE)	198.788,00	0,00	186.732.220,00	1.083.598,00
(RAP 2010) Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs) - 4725 (TRABALHADOR QUALIFICADO/UNIDADE)	0,00	56.101,00	69.061.689,91	33.401.497,39
Qualificação Social e Profissional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e Economia Solidária em base territorial (PLANTEQS) - 4728 (TRABALHADOR QUALIFICADO/UNIDADE)	84.973,00	0,00	77.835.905,00	7.927.588,80
(RAP 2010) Qualificação Social e Profissional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e Economia Solidária em base territorial (PLANTEQS) - 4728 (TRABALHADOR QUALIFICADO/UNIDADE)	0,00	33.975,00	25.954.022,80	24.218.967,79
		Previsto	Realizado	
Subtotal LOA + Créditos 2011		278.838.502,00	12.795.806,44	
Subtotal RAP 2011		99.079.916,34	60.826.825,67	

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Subtotal Não-Orçamentário 2011	0,00		0,00	
TOTAL	377.918.418,34		73.622.632,11	

→ INDICADORES

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2011		Índice previsto para o final do PPA (2012)	Alcance do índice previsto para 2012			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Carga Horária Média por Pessoa Qualificada (Hora)	191,52	31/12/2005	200,00	01/2012	200,00	X	-	-	-

Fonte: MTE/SPPE/DEQ

Medidas corretivas necessárias:

Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010. A carga horária média para os cursos de qualificação desenvolvidos no âmbito do programa seguem o que consta definido na Resolução nº 575/08 CODEFAT e Termo de Referência, assim, como o estabelecido como adequado é a carga horária de 200 horas, podendo assim terem curso com carga horária menor e outros com carga horária maior, de forma a manter a média de 200 horas, o resultado parcial de 200 horas é satisfatório para fins de aferição do resultado da qualidade pedagógica dos cursos.

Número Índice de Cobertura Relativa da População de Baixa Escolaridade (número índice)	89,20	31/12/2005	65,00	01/2012	94,00	-	-	X	-
--	-------	------------	-------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Departamento de Qualificação SPMA-SPPE/MTE/DEQ

Medidas corretivas necessárias:

Aumento na integração com políticas públicas voltadas a segmentos de baixa escolaridade. Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010. O não alcance da meta estabelecida para este indicador demonstra a dificuldade de voltar o atendimento aos trabalhadores de mais baixa escolaridade, isso porque, para a inscrição nos cursos, os trabalhadores precisam mostrar-se interessados na realização dos

.....

cursos e os que têm baixa escolaridade não têm procurado inscrever-se nos cursos. O sistema de gestão do PNQ permite que as pessoas de baixa escolaridade, bem como as mulheres, jovens, negros e pardos, tenham prioridade de acesso aos cursos no momento de convocação dos educandos, tal como estabelecido nas Resoluções do CODEFAT.

Número Índice de Cobertura Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos) (número índice)	213,17	31/12/2005	153,00	01/2012	215,00	-	-	X	-
---	--------	------------	--------	---------	--------	---	---	---	---

Fonte: MTE/SPPE/DEQ

Medidas corretivas necessárias:

Esse resultado é parcial, no entanto, aponta para a necessidade de articulação do programa de qualificação com ações voltadas ao atendimento de jovens, tal como a ação de aprendizagem profissional. Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010.

Número Índice de Cobertura Relativa da População de Mulheres (número índice)	135,28	31/12/2005	145,00	01/2012	135,00	X	-	-	-
--	--------	------------	--------	---------	--------	---	---	---	---

Fonte: MTE/SPPE/DEQ

Medidas corretivas necessárias:

Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010. Os resultados demonstram que a participação das mulheres nos cursos de qualificação do PNQ tem sido acima da participação das mulheres na População Economicamente Ativa 3 PEA.

Número Índice de Cobertura Relativa da População de Não Brancos (número índice)	123,74	31/12/2005	144,00	01/2012	123,00	X	-	-	-
---	--------	------------	--------	---------	--------	---	---	---	---

Fonte: Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Departamento de Qualificação SPMA-SPPE/MTE/DEQ

Medidas corretivas necessárias:

Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010. Os resultados demonstram que a participação da população não branca tem sido

acima da participação desse grupo na população economicamente ativa 3 PEA. Ressalte-se que para a contabilização desse indicador excluiu-se as pessoas que não declararam raça/cor na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar 3 PNAD.

Taxa de Eficácia das Qualificações (%)	94,00	31/12/2005	90,00	01/2012	95,00	-	X	-	-
--	-------	------------	-------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Depto. de Qualificação SPMA-DEQ/SPPE/MTE

Medidas corretivas necessárias:

Este indicador permite aferir o grau de evasão dos cursos de qualificação profissional, e, em que pese à apuração apontar ao resultado de 90% e ter o ideal de 95%, evasão em cursos de qualificação voltada a segmento da população em vulnerabilidade social tende a ser maior do que para públicos em situação de não vulnerabilidade, um percentual de evasão de apenas 10% é considerado satisfatório do ponto de vista da eficácia. Esse resultado é possível quando há o envolvimento do executor dos cursos no cumprimento desse percentual, tendo em vista que tal indicador consiste em meta em cada um dos convênios e contratos. Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010.

Taxa de Encaminhamento Pós-Qualificação ao Mundo do Trabalho (PERCENTAGEM)	114,79	31/12/2007	100,00	01/2012	100,00	X	-	-	-
--	--------	------------	--------	---------	--------	---	---	---	---

Fonte: MTE/SPPE/DEQ

Medidas corretivas necessárias:

Os dados foram extraídos da base de gestão da qualificação e referem-se aos dados parciais da execução dos cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010. Atualmente, todos educandos concluintes são encaminhados para intermediação de mão de obra, por consistir em uma cadastro único do trabalhador, que serve para as ações de qualificação profissional, intermediação de mão de obra e habilitação do seguro-desemprego. Este resultado não tem como ser superior a 100, tendo em vista que 100 significa que todos os educandos foram encaminhados à intermediação de mão de obra ou a um emprego.

Taxa de Integração das Políticas de Qualificação às Políticas Públicas de Trabalho, Desenvolvimento e Inclusão Social (percentual)	70,00	31/12/2005	70,00	01/2012	70,00	X	-	-	-
--	-------	------------	-------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: MTE/SPPE/DEQ

Taxa de Pessoas Qualificadas das Pessoas Atendidas pelo SPETR (porcentagem)	6,00	31/12/2006	2,16	05/2012	3,00	-	-	-	X
---	------	------------	------	---------	------	---	---	---	---

Fonte: DEQ/SPPE

Medidas corretivas necessárias:

O resultado para este indicador está vinculado diretamente ao orçamento disponível à qualificação, tendo em vista que a meta estabelecida para execução física depende do limite financeiro estabelecido para o programa. Como o número de trabalhadores inscritos nos postos do SINE foi de 4,7 milhões, e as pessoas qualificação foi 99 mil, o índice apurado para este indicador ficou aquém do que o esperado. Para este resultado, considerou-se o total de inscritos em cursos iniciados em 2011, referente a convênios firmados em 2008, 2009 e 2010, cujas informações foram registradas tanto no Sistema SIGAE quanto no Sistema MTE Mais Emprego, correspondente a 101.480 educandos.

Rede de Proteção ao Trabalho

GERENTE DO PROGRAMA

Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque

TIPO DO PROGRAMA

Finalístico

PROBLEMA

Como é do amplo conhecimento da sociedade, temos um alto índice de descumprimento das obrigações trabalhistas, com destaque para a falta de registro em CTPS, o que representa o direito básico do empregado. Ademais, em virtude das diversas alterações que a legislação trabalhista sofreu nos últimos anos, os níveis de precarização se agravaram, contribuindo para que os trabalhadores tenham piores condições de trabalho. A expansão da terceirização e proliferação de cooperativas de mão-de-obra e estágios são focos de irregularidades que precarizam a relação capital-trabalho, cabendo à fiscalização a tarefa de exigência da observância das normas de proteção ao trabalho. Outro ponto a destacar é a sonegação ao FGTS, o que demanda uma ação eficaz do Estado para o incremento da arrecadação deste atributo, importante não só para o próprio trabalhador, mas também para o Estado e suas políticas de inclusão social, através do saneamento básico e construção habitacional, o que possibilita a geração de empregos. Por estes fatos, mostra-se necessária a intervenção do Estado. A fiscalização do trabalho, em parceria com outras fiscalizações federais, e contando com a participação da sociedade civil, por meio de mecanismos de controle social, deve atuar de forma a combater a precarização e verificar o cumprimento das normas legais e convencionadas, proporcionando aos trabalhadores um trabalho digno, com renda compatível, proteção à vida e à saúde, bem como a real proteção do Estado. Todos ganham com a CTPS assinada: o trabalhador que terá seus direitos trabalhistas e previdenciários assegurados; o empregador que terá ganhos de produtividade; o Estado, com o aumento na arrecadação do FGTS, da contribuição previdenciária e de impostos; e ganha a Sociedade, pois, com mais recursos, o Estado pode investir em benefícios para todos, seja em saúde, educação, segurança, infra-estrutura, entre outros.

OBJETIVO

Garantir o cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho.

PÚBLICO-ALVO

População Economicamente Ativa - PEA.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

→ METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS - 2628 (Trabalhador registrado /UNIDADE)	500.000,00	419.458,00	15.600.000,00	14.770.083,78
(RAP 2010) Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS - 2628 (Trabalhador registrado /UNIDADE)	0,00	0,00	393.089,97	67.635,42
Fiscalização do Trabalho no Campo - 4785 (Trabalhador registrado /UNIDADE)	18.500,00	60.965,00	6.400.000,00	2.139.064,92
(RAP 2010) Fiscalização do Trabalho no Campo - 4785 (Trabalhador registrado /UNIDADE)	0,00	0,00	23.616,69	20.417,96
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	200.000,00	140.435,92
(RAP 2010) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	5.647,28	0,00
Inserção de Aprendiz no Mercado de Trabalho - 4729 (Aprendiz inserido/UNIDADE)	100.000,00	118.164,00	300.000,00	223.157,49
Inserção de Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho - 2E00 (Pessoa com deficiência inserida/UNIDADE)	35.000,00	34.395,00	300.000,00	148.797,95
(RAP 2010) Inserção de Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho - 2E00 (Pessoa com deficiência inserida/UNIDADE)	0,00	0,00	1.125,00	1.125,00
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	1.500.000,00	458.958,72
(RAP 2010) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	640.267,89	640.267,89
Sistema de Informações sobre a Inspeção do Trabalho - SFIT - 4767 (Sistema mantido/UNIDADE)	1,00	1,00	6.000.000,00	3.687.937,33

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
(RAP 2010) Sistema de Informações sobre a Inspeção do Trabalho - SFIT - 4767 (Sistema mantido/UNIDADE)	0,00	0,00	129.346,12	0,00
	Previsto		Realizado	
Subtotal LOA + Créditos 2011	30.300.000,00		21.568.436,11	
Subtotal RAP 2011	1.193.092,95		729.446,27	
Subtotal Não-Orçamentário 2011	0,00		0,00	
TOTAL	31.493.092,95		22.297.882,38	

→ INDICADOR

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2011		Índice previsto para o final do PPA (2012)	Alcance do índice previsto para 2012			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados (PERCENTAGEM)	86,46	31/12/2006	74,10	01/2012	76,00	X	-	-	-

Fonte: SFIT/SIT/MTE

Medidas corretivas necessárias:

O índice ficou estável ao longo de 2011, próximo do previsto para o ano.

Justificativa:

A metodologia de trabalho da fiscalização trabalhista teve uma profunda alteração ao longo de 2010, fator que teve ressonância em 2011, priorizando planejamento em equipe, trabalhando por projetos específicos, com direcionamento das ações fiscais para as atividades econômicas e/ou regiões nas quais os dados disponíveis apontam um maior indício de irregularidades frente à legislação trabalhista. Nesta situação, a resistência às correções torna-se maior, aliado ao fato de que as multas por infração à legislação em vigor estão defasadas e muito baixas, fazendo com que o empregador prefira pagá-las do que ficar regular. Outro fator que impediu um melhor desempenho no índice foi a não reposição dos AFT que deixaram o quadro por aposentadoria, falecimento e demissão.

Crédito Orientado ao Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda

GERENTE DO PROGRAMA

Carlo Roberto Simi

TIPO DO PROGRAMA

Finalístico

PROBLEMA

A geração de emprego e renda é elemento fundamental no processo de inclusão social e desenvolvimento econômico do país. Uma das restrições à geração de emprego e renda é a dificuldade de acesso a crédito produtivo para micro e pequenas empresas, associações produtivas, cooperativas, profissionais liberais. O incentivo via disponibilização de crédito a setores intensivos em mão-de-obra e infra-estrutura também são fundamentais para promover a geração e a manutenção de postos de trabalho. Além disso, é imprescindível para o desenvolvimento econômico a disponibilização de linhas de crédito para setores apontados como prioritários para a Política Industrial e de Comércio Exterior.

OBJETIVO

Estimular o desenvolvimento econômico e social do País por meio da democratização do crédito produtivo, capaz de gerar emprego, trabalho e renda.

PÚBLICO-ALVO

Micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais, microempreendedores, empresas pertencentes a setores prioritários de política governamentais de desenvolvimento, de arranjos produtivos locais ou de setores intensivos em mão-de-obra.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

→ METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Concessão de Crédito para Financiamento de Capital de Giro de Empreendimentos Urbanos e Rurais - 90AH (crédito concedido/UNIDADE)	847.060,00	829.248,00	3.497.603.148,00	1.005.114.905,00
Concessão de Crédito para Iniciativas Específicas de Governo - 90B0 (crédito concedido/UNIDADE)	1,00	2.600,00	816.597,00	65.490.600,00
Concessão de Crédito para Investimento em Infra-Estrutura - 90AT (crédito concedido/UNIDADE)	1.874,00	582,00	2.756.388.398,00	2.874.831.393,00

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Concessão de Crédito para Investimentos de Médios e Grandes Empreendimentos Urbanos e Rurais - 90AE (crédito concedido/UNIDADE)	444,00	1.102,00	439.665.374,00	424.267.610,00
Concessão de Crédito para Investimentos de Micro e Pequenos Empreendimentos Urbanos e Rurais - 90AB (crédito concedido/UNIDADE)	44.251,00	109.880,00	1.379.157.395,00	3.848.121.220,00
Concessão de Crédito para o Fomento da Construção Civil - 90AS (crédito concedido/UNIDADE)	45.305,00	0,00	97.724.826,00	0,00
Concessão de Crédito para o Fomento da Exportação - 90AW (crédito concedido/UNIDADE)	173,00	41,00	685.984.235,00	161.972.401,00
Concessão de Crédito para o Fomento da Inovação e Difusão Tecnológica - 90AY (crédito concedido/UNIDADE)	3.970,00	87,00	142.660.026,00	235.243.314,58
Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações dos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - 8617 (Crédito controlado/UNIDADE)	190.000,00	35.874,00	1.772.000,00	124.994,82
(RAP 2010) Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações dos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - 8617 (Crédito controlado/UNIDADE)	0,00	0,00	265.969,17	188.410,52
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	625.000,00	25.971,74
(RAP 2010) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	7.546,12	0,00
	Previsto		Realizado	
Subtotal LOA + Créditos 2011	2.397.000,00		150.966,56	
Subtotal RAP 2011	273.515,29		188.410,52	
Subtotal Não-Orçamentário 2011	8.999.999.999,00		8.615.041.443,58	
TOTAL	9.002.670.514,29		8.615.380.820,66	

→ INDICADOR

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2011		Índice previsto para o final do PPA (2012)	Alcance do índice previsto para 2012			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Número de trabalhadores diretamente beneficiados pela concessão de crédito (UNIDADE)	1.609.007,00	30/12/2006	863.442,00	01/2012	3.060.218,00	-	-	X	-

Fonte: Sistema de Acompanhamento da Execução das Ações do Proger, RAIS e CAGED

Medidas corretivas necessárias:

Ajustar o índice indicador de referência a realidade atual do Programa.

Justificativa:

O diferencial observado para o índice apurado aquém do valor previsto para o exercício de 2011 pode ser atribuído, por um lado, a uma superestimativa na apuração de seu cálculo, uma vez que a projeção levou em conta uma expectativa de alocação de recursos que na prática não se efetivou, devido à redução das disponibilidades financeiras de recursos do FAT para aplicação em depósitos especiais, e de outro lado, o baixo desempenho pelos seguintes fatores:

I) suspensão de repasses de recursos dos depósitos especiais para a CAIXA, que prejudicou o desempenho dos programas operados pelo Agente.

II) suspensão de contratação de honras pelo Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda (FUNPROGER), fundo garantidor das operações de crédito do PROGER Urbano, trazendo grande impacto negativo para a ação.

Erradicação do Trabalho Escravo

GERENTE DO PROGRAMA

Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque

TIPO DO PROGRAMA

Finalístico

PROBLEMA

A existência de práticas de exploração de trabalho escravo ainda persiste no país, focalizadas especialmente nos Estados do Mato Grosso, Tocantins, Pará, Maranhão e Bahia, atingindo milhares de trabalhadores, o que aponta para necessidade de manutenção do programa de Erradicação do Trabalho Escravo, bem como as ações conjuntas com outras instituições governamentais, permitindo a definitiva erradicação dessa perversa forma de exploração do trabalho humano.

OBJETIVO

Erradicar a prática de exploração do trabalho escravo.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores submetidos à condição análoga à de escravos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

→ METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Assistência Emergencial a Trabalhadores Vítimas de Trabalho Escravo - 6461 (TRABALHADOR ASSISTIDO/UNIDADE)	300,00	32,00	200.000,00	14.535,17
Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo - 2629 (Fiscalização realizada/UNIDADE)	180,00	158,00	5.352.000,00	3.402.665,72
(RAP 2010) Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo - 2629 (Fiscalização realizada/UNIDADE)	0,00	0,00	252.009,21	10.376,03
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	40.000,00	0,00
Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Resgatado de Condição Análoga à de Escravo - 0686 (TRABALHADOR BENEFICIADO/UNIDADE)	2.937,00	1.449,00	3.786.371,00	3.342.710,00
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
(RAP 2010) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	1.481.988,87	1.462.771,70
	Previsto		Realizado	
Subtotal LOA + Créditos 2011	10.878.371,00		6.759.910,89	
Subtotal RAP 2011	1.733.998,08		1.473.147,73	
Subtotal Não-Orçamentário 2011	0,00		0,00	
TOTAL	12.612.369,08		8.233.058,62	

→ INDICADOR

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2011		Índice previsto para o final do PPA (2012)	Alcance do índice previsto para 2012			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Número de Trabalhadores Libertados (UNIDADE)	1.741,00	09/08/2006	2.271,00	12/2011	2.800,00	-	X	-	-

Fonte: SIT/MTE

Medidas corretivas necessárias:

O objetivo da DETRAE não se pauta em números de "trabalhadores resgatados", mas sim, em maior número de estabelecimentos fiscalizados, para os quais havia indícios de trabalho em condições análogas à de escravo. Com efeito, em decorrência de denúncias (CPT, MPT, PF ou SRTE/MTE) as operações são planejadas; contudo, caso não se encontre "trabalho escravo", com resgate de trabalhadores, a DETRAE também alcançou o seu objetivo, uma vez que abordou efetivamente estabelecimento denunciado. De qualquer forma, o número de 2.271 trabalhadores resgatados não pode ser desprezado, ainda que abaixo da previsão, pois ainda acusa que trabalho em condições análogas à escravo é uma realidade ainda não erradicada no território brasileiro. Para o ano de 2012, estamos planejando as operações para regiões ainda não abordadas; com base em parceria com as regionais e fruto de uma melhor triagem de denúncias, combinando o binômio maior quantidade de estabelecimentos X trabalhadores a serem resgatados.

Justificativa:

Imperioso asseverar, em repetição, que a DETRAE não pauta o planejamento das operações em quantidade de trabalhadores a serem resgatados, mas sim, em alcançar, por operação, o maior número possível de estabelecimentos denunciados por manterem trabalho em condições análogas à de escravo. Por lógica e como consequência, é possível que com maior

número de ações fiscais em curso haja também maior número de resgatados; todavia, nem sempre isso se materializa. Com efeito, prever 2.800 trabalhadores resgatados no ano de 2011 e encontrar, efetivamente, 2.271 trabalhadores em situação de escravidão, fruto de um número maior de ações fiscais, é número que não permite desprezo nem crítica, pois decorre, repisa-se em redundância, de um maior número de estabelecimentos fiscalizados, ainda que sem número ou com número reduzido de trabalhadores "escravos" contemporâneos.

Democratização das Relações de Trabalho

GERENTE DO PROGRAMA

Zilmara David de Alencar

TIPO DO PROGRAMA

Finalístico

PROBLEMA

O sistema brasileiro de relações de trabalho tem origem na década de 1930. De clara inspiração autoritária e corporativista, esse sistema disciplina as condições de contratação, uso e remuneração da força de trabalho por meio de extensa legislação trabalhista, sindical e de regulação do trabalho. As mudanças legais, ocorridas ao longo de décadas, não conduziram à plena democratização das relações de trabalho no Brasil. Apesar dos avanços nos direitos políticos e sociais, o Estado continua a interferir de maneira equivocada na organização sindical, na negociação coletiva e na solução de conflitos trabalhistas. São problemas do atual ordenamento jurídico-institucional das relações de trabalho: - Pulverização e baixa representatividade das entidades sindicais de trabalhadores e empregadores, com grande número de conflitos de representação; - Existência de Centrais Sindicais e de Associações Patronais desprovidas de personalidade jurídica sindical e sem poder de contratação coletiva. - Cerceamento da autonomia sindical em virtude de interferência indevida do Estado. - Baixa densidade e efetividade dos atuais direitos trabalhistas e garantias sindicais. - Baixa presença dos sindicatos na esfera direta das relações de trabalho, em particular nos locais de trabalho. - Dependência de contribuições compulsórias, sem correspondência com a ação e organização sindical. - Limitação legal dos níveis de negociação coletiva e soluções compulsórias dos conflitos coletivos. - Grande número de litígios individuais e coletivos e morosidade da Justiça do Trabalho. - Desatualização e descumprimento crescente do marco normativo constitucional e infraconstitucional. - Falta de mecanismos para dar transparência às informações sobre as relações de trabalho.

OBJETIVO

Promover a democratização e a modernização do sistema brasileiro de relações de trabalho, por meio do diálogo e da negociação tripartite entre trabalhadores, governo e empregadores.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores, empresas e organizações sindicais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

→ METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Capacitação de Técnicos Especializados na Área de Relações do Trabalho - 4782 (Técnico capacitado/UNIDADE)	2.000,00	26.240,00	1.116.134,00	246.151,39
(RAP 2010) Capacitação de Técnicos Especializados na Área de Relações do Trabalho - 4782 (Técnico capacitado/UNIDADE)	0,00	0,00	19.801,15	274,42
(RAP 2010) Fórum Nacional do Trabalho - 8852 (Proposta legislativa encaminhada/UNIDADE)	0,00	0,00	10.776,38	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	567.816,00	99.654,23
(RAP 2010) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	54.833,98	54.389,03
Implantação do Sistema Integrado de Relações do Trabalho - SIRT - 1B41 (Módulo implantado /UNIDADE)	4,00	1,00	330.000,00	74.875,09
(RAP 2010) Implantação do Sistema Integrado de Relações do Trabalho - SIRT - 1B41 (Módulo implantado /UNIDADE)	0,00	0,00	29.623,50	27.738,55
Mediação de Conflitos - 2603 (mediação realizada/UNIDADE)	10.000,00	10.714,00	138.000,00	70.410,99
Modernização da Legislação Trabalhista - 8852 (Proposta legislativa encaminhada/UNIDADE)	2,00	0,00	448.050,00	11.181,05
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	2.000.000,00	1.998.859,40
(RAP 2010) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	866.379,66	860.068,62
	Previsto		Realizado	
Subtotal LOA + Créditos 2011	4.600.000,00		2.501.132,15	
Subtotal RAP 2011	981.414,67		942.470,62	
Subtotal Não-Orçamentário 2011	0,00		0,00	
TOTAL	5.581.414,67		3.443.602,77	

→ INDICADORES

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2011		Índice previsto para o final do PPA (2012)	Alcance do índice previsto para 2012			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Taxa de Eficácia das Mediações (porcentagem (%))	0,00	-	92,40	12/2011	70,69	X	-	-	-

Fonte: Secretaria de Relações do Trabalho SRT/MTE

Taxa de Resolução de Conflitos (%)	74,44	31/12/2007	81,89	12/2011	75,00	X	-	-	-
------------------------------------	-------	------------	-------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: Dados enviados pelas DRT e CGRT

Economia Solidária em Desenvolvimento

GERENTE DO PROGRAMA

Paul Israel Singer

TIPO DO PROGRAMA

Finalístico

PROBLEMA

Dada a crescente incapacidade do sistema capitalista para absorver produtivamente a População Economicamente Ativa (PEA), no Brasil, parte dos "sem-trabalho" inventam para si modos de ganhar a vida exercendo diferentes ofícios - vendedores ambulantes, mão-de-obra avulsa, bóias-frias na agricultura, catadores de lixo, costureiras, doceiras, consultores, assistentes de computação, artistas performáticos etc., etc. - por conta própria e procurando colocar seus produtos e serviços em mercados saturados pelo excesso de oferta e por isso a preços deprimidos. O problema torna-se agudo quando atinge pessoas jovens. É sabido que o desemprego entre os jovens é duas vezes maior do que na PEA como um todo. A falta de perspectiva de emprego faz com que uma proporção alta de jovens do sexo masculino desista da escola, passando a ficar ociosa. Parte destes jovens torna-se delinqüente e alimenta a crescente população carcerária de nosso país. Os que aderem ao crime organizado não chegam, em geral, à idade adulta.

OBJETIVO

Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores(as) em risco de desemprego, desempregados e autônomos, cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

→ METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Cadastro de Empreendimentos e Entidades de Apoio para Manutenção e Ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES - 2A84 (Unidade cadastrada/UNIDADE)	13.091,00	350,00	1.440.000,00	60.474,50
(RAP 2010) Cadastro de Empreendimentos e Entidades de Apoio para Manutenção e Ampliação do Sistema de Informações em	0,00	0,00	601.488,29	601.488,29

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Economia Solidária - SIES - 2A84 (Unidade cadastrada/UNIDADE)				
Desenvolvimento e Disseminação de Conhecimentos e Tecnologias Sociais Apropriadas à Economia Solidária - 4827 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	2,00	0,00	400.000,00	0,00
(RAP 2010) Desenvolvimento e Disseminação de Conhecimentos e Tecnologias Sociais Apropriadas à Economia Solidária - 4827 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	3,00	222.120,00	162.020,00
Estímulo à Institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária - 8420 (-/-)	0,00	0,00	700.000,00	471.786,26
(RAP 2010) Estímulo à Institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária - 8420 (-/-)	0,00	0,00	619.295,04	394.046,01
Fomento a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários - 4850 (Incubadora apoiada/UNIDADE)	34,00	13,00	3.400.000,00	544.356,53
(RAP 2010) Fomento a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários - 4850 (Incubadora apoiada/UNIDADE)	0,00	4,00	1.204.496,59	754.467,56
(RAP 2010) Fomento às Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários - 8056 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	9,00	1.173.670,56	619.154,33
Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária - 4737 (Empreendimento apoiado/UNIDADE)	1.268,00	475,00	33.274.703,00	856.932,00
(RAP 2010) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária - 4737 (Empreendimento apoiado/UNIDADE)	0,00	191,00	1.116.214,40	558.244,00
Fomento, Capacitação Ocupacional e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores - Plano Brasil sem Miséria - 20GG (PESSOA ATENDIDA/UNIDADE)	15.000,00	0,00	21.500.000,00	7.914.509,26

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Formação de Formadores(as), Educadores(as) e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária - 2A85 (PESSOA FORMADA/UNIDADE)	4.508,00	4.533,00	6.800.000,00	1.617.537,93
(RAP 2010) Formação de Formadores(as), Educadores(as) e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária - 2A85 (PESSOA FORMADA/UNIDADE)	0,00	1.800,00	5.963.313,01	3.365.651,91
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	1.000.000,00	432.964,36
(RAP 2010) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	46.079,13	1.213,18
Implantação de Centros Públicos de Economia Solidária - 8138 (Centro implantado /UNIDADE)	15,00	15,00	4.400.000,00	540.171,44
(RAP 2010) Implantação de Centros Públicos de Economia Solidária - 8138 (Centro implantado /UNIDADE)	0,00	3,00	389.812,50	312.868,75
(RAP 2010) Implantação de Centros Públicos de Economia Solidária - 8138 (CENTRO IMPLANTADO/UNIDADE)	0,00	2,00	1.140.000,00	499.539,97
Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários - 4739 (Empreendimento apoiado/UNIDADE)	3.062,00	1.670,00	3.500.000,00	2.010.606,42
(RAP 2010) Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários - 4739 (Empreendimento apoiado/UNIDADE)	0,00	0,00	154.287,18	123.451,34
Promoção da Inclusão Produtiva - 4963 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	17,00	4,00	26.183.959,00	8.072.022,27
(RAP 2010) Promoção da Inclusão Produtiva - 4963 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	9,00	27.899.807,24	3.778.302,50
Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário - 8078 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	104.301,00	65.924,00	9.670.000,00	2.863.837,48

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
(RAP 2010) Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário - 8078 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	0,00	0,00	8.126.837,53	4.117.583,15
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	1.000.000,00	94.974,00
(RAP 2010) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	460.400,00	459.184,37
(RAP 2010) Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão - 8275 (Empresa recuperada/UNIDADE)	0,00	23,00	1.464.116,00	762.438,80
	Previsto		Realizado	
Subtotal LOA + Créditos 2011	113.268.662,00		25.480.172,45	
Subtotal RAP 2011	50.581.937,47		16.509.654,16	
Subtotal Não-Orçamentário 2011	120.000,00		0,00	
TOTAL	163.970.599,47		41.989.826,61	

→ INDICADORES

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2011		Índice previsto para o final do PPA (2012)	Alcance do índice previsto para 2012			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Número de Trabalhadores Inseridos Social e Economicamente por meio de Empreendimentos Econômicos Solidários (UNIDADE)	1.250.000,00	31/12/2005	2.347.012,00	12/2011	2.100.000,00	X	-	-	-
Fonte: Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE									
Percentual de Trabalhadores	76,00	31/12/2005	47,00	12/2011	50,00	X	-	-	-

s da Economia Solidária que Recebem Menos de 1 Salário Mínimo (percentual)									
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE

Taxa de Participação da Economia Solidária no PIB (porcentagem)	0,59	31/12/2005	0,33	12/2010	1,00	-	-	X	-
--	------	------------	------	---------	------	---	---	---	---

Fonte: Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE e IBGE

Medidas corretivas necessárias:

O faturamento médio anual dos EES, segundo os dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), foi de R\$ 406.281,66, totalizando 12,5 bilhões ano. Utilizado o PIB 2010 de 3,7 trilhões, o percentual do faturamento anual dos EES em relação ao PIB Nacional foi de 0,33%. Vale ressaltar que 7.740 EES não declararam faturamento mensal ou declararam faturamento igual a R\$ 0,00, o que contribui para reduzir o indicador. Além disso, em 2007 houve uma alteração na metodologia para o cálculo do PIB, contribuindo para tornar prejudicado o indicador inicialmente previsto. Para melhorar o desempenho econômico dos empreendimentos econômicos solidários, faz-se necessário avançar na institucionalização de políticas públicas que garantam o acesso a conhecimentos (qualificação, assistência técnica e tecnologias sociais), de acesso a infraestrutura e crédito para melhoria dos processos produtivos e de acesso aos mercados, incluindo as compras governamentais.

Segurança e Saúde no Trabalho

GERENTE DO PROGRAMA

Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque

TIPO DO PROGRAMA

Finalístico

PROBLEMA

As condições de trabalho no Brasil continuam sendo a causa de morte, doenças e mutilações para um grande número de pessoas. Somente em 2.002, o Ministério da Previdência Social registrou 387.905 acidentes e doenças relacionadas com o trabalho, dentre os quais 2.898 resultaram em óbito e 15.029 tiveram como consequência a incapacidade permanente do trabalhador. No entanto, tais dados expressam a realidade de apenas um terço da PEA do país. Em 2.002, dentre os aproximadamente 86,05 milhões de trabalhadores pertencentes à PEA, apenas 29,94 milhões eram contribuintes empregados. Este dado evidencia uma clara subnotificação de casos de acidentes e doenças relacionados ao trabalho informal. Também não estão incluídos nas estatísticas da Previdência Social, os casos envolvendo os servidores públicos. As consequências desse cenário são desastrosas para os trabalhadores e suas famílias, para as organizações (empresas tanto públicas quanto privadas, cooperativas, instituições, etc.) e para o Estado, que são obrigados a assumir os custos diretos e indiretos dos agravos à saúde decorrentes do trabalho. Estima-se que tais custos possam alcançar cifras da ordem de 2 a 4 % do Produto Interno Bruto. Existe uma complexa interação de causas que produzem esses números alarmantes. Coexiste no país grande diversidade de atividades econômicas que vai da agricultura familiar até a produção de aviões e foguetes, que envolve práticas elementares de trabalho até as técnicas mais sofisticadas. Há ainda a falta de compreensão das diferentes partes interessadas sobre as relações entre fatores organizacionais, tecnológicos, sociais, econômicos, jurídicos, culturais e políticos, bem como sobre o contexto de rápidas transformações que vêm se desenhando e que afetam o mundo do trabalho, particularmente em aspectos relacionados com a segurança e saúde dos trabalhadores. Destaca-se ainda a tendência à precarização do trabalho e das condições nas quais ele é executado, que contribuem para que no Brasil se constatem índices de acidentes e doenças incompatíveis com a busca do crescimento econômico acompanhado de justiça social. As estratégias para equacionar essa situação exigem o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e a participação dos vários atores sociais, como os representantes de trabalhadores, empregadores e governo, sejam em nível local, regional ou nacional. Diante da indiscutível transversalidade do tema da segurança e saúde no trabalho, em âmbito federal é especialmente necessária a atuação do MTE, Ministério da Saúde (MS), Ministério da Previdência Social (MPS) e Ministério do Meio Ambiente (MMA), entre outros órgãos. Por exemplo, apesar de o Ministério da Previdência Social ter à sua disposição a cobrança da alíquota adicional em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa, decorrente dos riscos ambientais do trabalho (GILDRAT - antiga alíquota SAT - Seguro Acidente de Trabalho) como instrumento de incentivo para fazer política de prevenção, também lhe faltam critérios objetivos para julgar a consistência de iniciativas das organizações, a fim de beneficiá-las ou não com o valor da alíquota. Além disso, o Ministério da Previdência Social tem carência de normas técnicas com definição de critérios e procedimentos para caracterizar situações de trabalho que justifiquem ou não a necessidade de concessão de aposentadorias especiais. A propósito, o

Decreto nº 4.882, de 18 de novembro de 2003, que altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, estabelece que as avaliações de ambientes de trabalho para fins de concessão de aposentadoria especial devem considerar a metodologia e os procedimentos de avaliação desenvolvidos pela Fundacentro, criando para ela novas responsabilidades e demandas. Por outro lado, existe uma fragilidade das ações governamentais para enfrentar essa problemática e propor políticas públicas que possam mobilizar as organizações no sentido do compromisso e comprometimento com os diferentes interlocutores, de modo que melhorias dos ambientes e das condições de trabalho possam ser efetivamente implementadas. São necessários ainda esforços suplementares para agregar a esse processo segmentos de trabalhadores historicamente excluídos dos mecanismos de proteção à vida. Para isso não só é indispensável haver socialização de informações já disponíveis, mas sobretudo produção e divulgação de novos conhecimentos, de tal modo que possam ser construídos modelos de ação pactuados entre o Estado e a sociedade capazes de responder aos atuais desafios do mundo do trabalho e de contribuir para o desenvolvimento sustentável com geração de emprego e trabalho decentes.

OBJETIVO

Proteger a vida, promover a segurança, saúde e bem estar do trabalhador e produzir e difundir conhecimento sobre Segurança e Saúde do Trabalho.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores formais e informais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

→ METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Ampliação da Adesão ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT - 909G (TRABALHADOR BENEFICIADO/UNIDADE)	10.925.566,00	14.416.135,00	520.000.000,00	465.760.486,00
Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos - 20CW (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	214,00	0,00	38.436,00	0,00
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	782,00	778,00	680.200,00	641.251,80
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (CRIANÇA)	40,00	23,00	38.000,00	24.874,40

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
ATENDIDA/UNIDADE)				
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	357,00	278,00	1.300.500,00	1.032.425,95
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	116,00	74,00	245.030,00	169.691,53
Avaliações Técnico-Científicas em Segurança e Saúde no Trabalho - 6536 (Relatório emitido/UNIDADE)	1.000,00	675,00	300.000,00	280.462,54
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	0,00	0,00	7.495.862,00	6.926.643,47
Educação em Segurança e Saúde no Trabalho - 4814 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	6.000,00	4.681,00	1.500.000,00	1.484.101,12
(RAP 2010) Educação em Segurança e Saúde no Trabalho - 4814 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	0,00	0,00	70.804,99	55.961,22
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	54.866.564,00	51.301.175,94
(RAP 2010) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	960.557,56	842.354,82
Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho - 2690 (inspeção realizada/UNIDADE)	130.000,00	138.143,00	3.182.606,00	2.412.167,06
(RAP 2010) Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho - 2690 (inspeção realizada/UNIDADE)	0,00	0,00	128.436,82	87.934,48
Pesquisa, Estudo e Desenvolvimento em Segurança e Saúde no Trabalho - 4714 (PESQUISA REALIZADA/UNIDADE)	33,00	34,00	3.400.000,00	2.540.469,53

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
(RAP 2010) Pesquisa, Estudo e Desenvolvimento em Segurança e Saúde no Trabalho - 4714 (PESQUISA REALIZADA/UNIDADE)	0,00	0,00	467.745,60	290.735,79
Produção e Distribuição de Material Técnico-Científico e Didático sobre Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho - 4722 (Exemplar distribuído/UNIDADE)	70.000,00	97.337,00	1.350.000,00	519.213,19
(RAP 2010) Produção e Distribuição de Material Técnico-Científico e Didático sobre Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho - 4722 (Exemplar distribuído/UNIDADE)	0,00	0,00	6.812,69	6.058,33
Regulamentação em Segurança e Saúde no Trabalho - 2A63 (Norma publicada/UNIDADE)	4,00	18,00	1.000.000,00	901.608,50
(RAP 2010) Regulamentação em Segurança e Saúde no Trabalho - 2A63 (Norma publicada/UNIDADE)	0,00	0,00	43.986,58	915,08
Ressarcimento a Empregadores Não-Optantes pelo Benefício Fiscal Previsto nas Leis nº 6.321, de 1976 e 6.542, de 1978 - 0554 (empresa beneficiada/UNIDADE)	1,00	0,00	25.394,00	0,00
	Previsto		Realizado	
Subtotal LOA + Créditos 2011	75.422.592,00		68.234.085,03	
Subtotal RAP 2011	1.678.344,24		1.283.959,72	
Subtotal Não-Orçamentário 2011	520.000.000,00		465.760.486,00	
TOTAL	597.100.936,24		535.278.530,75	

→ INDICADORES

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2011		Índice previsto para o final do PPA (2012)	Alcance do índice previsto para 2012			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Coeficiente de Acidentes Decorrentes do Trabalho (1/1.000)	15,63	31/12/2006	19,14	12/2010	18,70	-	X	-	-
Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho									
Medidas corretivas necessárias:									
Houve significativo aumento nos acidentes de trajeto, que compõem o índice, mas estão fora do alcance dos instrumentos de intervenção da inspeção do trabalho. A incidência de acidentes de trabalho típicos ficou em 11,32 por 1.000.									
Justificativa:									
Dados de 2011 ainda não divulgados pela Previdência Social.									
Coeficiente de Doenças Relacionadas ao Trabalho (1/10.000)	12,00	31/12/2006	43,00	12/2010	52,00	X	-	-	-
Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho									
Justificativa:									
Há um erro na fórmula. Na verdade trata-se do coeficiente para cada 100.000 trabalhadores, e não 10.000.									
Dados de 2011 ainda não divulgados pela Previdência Social.									
Coeficiente de Mortalidade por Acidentes de Trabalho (1/100.000)	10,75	31/12/2006	7,40	12/2010	7,50	X	-	-	-
Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho									
Justificativa:									
Dados de 2011 ainda não divulgados pela Previdência Social.									
Coeficiente de Trabalhadores Alcançados pela Inspeção de Segurança e Saúde (1/1.000)	770,00	31/12/2006	386,00	12/2010	550,00	-	-	-	X

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho

Medidas corretivas necessárias:

Aumento no número de Auditores Fiscais do Trabalho e fortalecimento da estrutura da inspeção nas unidades descentralizadas do MTE.

Justificativa:

O número de Auditores Fiscais do Trabalho não acompanhou o crescimento do mercado formal de trabalho.

Número de produção científica dos pesquisadores da FUNDACENTRO (UNIDADE)	15,00	01/12/2006	30,00	12/2011	30,00	X	-	-	-
--	-------	------------	-------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: Relatório de atividades anual da FUNDACENTRO

Justificativa:

O indicador da Fundacentro no programa foi plenamente alcançado, pois a meta era publicar 30 artigos em veículos de relevância científica junto com livros ou capítulos de livros submetidos à avaliação de conselhos editoriais. O indicador apurado em 2011 foi de 30 publicações, o que mostra a relevância das pesquisas realizadas na área de Segurança e Saúde no Trabalho. É importante salientar que, além dessas publicações, as pesquisas da Fundacentro também geraram outros produtos divulgados em eventos científicos nacionais e internacionais.

Taxa de Acidentes Fatais Investigados (PERCENTAGEM)	22,45	31/12/2006	31,19	12/2010	27,00	X	-	-	-
---	-------	------------	-------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho

Justificativa:

As análises de acidentes de trabalharam alcançaram 846 vítimas fatais, de um total de 2.712 registrados pela Previdência Social.

Dados de 2011 ainda não divulgados pela Previdência Social.

Microcrédito Produtivo Orientado

GERENTE DO PROGRAMA

Paulo Roberto dos Santos Pinto

TIPO DO PROGRAMA

Finalístico

PROBLEMA

Existe, no Brasil, expressivo contingente de empreendedores populares, desenvolvendo atividades produtivas de forma individual ou coletiva. Os altos custos, o baixo acesso ao crédito, e a falta de orientação técnica visando ao desenvolvimento dessas atividades de forma sustentável, constituem obstáculos importantes à ampliação e mesmo à continuidade destes pequenos negócios. Além disso, o segmento é de pouca estruturação e constitui-se de instituições operadoras de microcrédito que necessitam de maior desenvolvimento técnico. Outro problema é a ausência de fluxos financeiros regulares e perenes no sentido de oferecer recursos para estas instituições e público alvo.

OBJETIVO

Ampliar o acesso ao crédito bem como apoiar e estimular o segmento de instituições que operam o microcrédito produtivo orientado, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento em âmbito local.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) determinada pelo Decreto nº 5.288 de 29/11/2004.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

→ METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Assessoria Empresarial aos Microempreendedores - 9509 (Microempreendedor assistido/UNIDADE)	361.773,00	1.000.000,00	1.447.092,00	244.999,00
Concessão de Crédito Produtivo Orientado a Microempreendedores Populares - 90F8 (Financiamento concedido/UNIDADE)	10.000,00	46.235,00	10.000.000,00	68.755.783,00
Concessão de Crédito Produtivo	7.637,00	0,00	9.900.000,00	0,00

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Orientado a Microempreendedores Populares - FAT - 9A10 (crédito concedido/UNIDADE)				
Crédito Produtivo Orientado a Microempreendedores Populares - 909U (crédito concedido/UNIDADE)	58.537,00	12.658,00	93.795.000,00	189.315.944,68
Financiamento ao Micronegócio - 9510 (Financiamento concedido/UNIDADE)	1.145.262,00	2.246.905,00	1.148.443.688,00	2.862.419.562,21
Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito - 2B12 (instituição apoiada/UNIDADE)	121,00	246,00	1.528.000,00	0,00
(RAP 2010) Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito - 2B12 (instituição apoiada/UNIDADE)	0,00	0,00	275.849,12	138.000,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	172.000,00	11.748,77
(RAP 2010) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	18.933,27	0,00
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00
(RAP 2010) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	1.500.000,00	1.498.409,68
	Previsto		Realizado	
Subtotal LOA + Créditos 2011	2.700.000,00		11.748,77	
Subtotal RAP 2011	1.794.782,39		1.636.409,68	
Subtotal Não-Orçamentário 2011	1.263.585.780,00		3.120.736.288,89	
TOTAL	1.268.080.562,39		3.122.384.447,34	

→ INDICADORES

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2011		Índice previsto para o final do PPA (2012)	Alcance do índice previsto para 2012			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Número de Clientes Ativos do Microcrédito Produtivo Orientado. (número índice)	100,00	31/12/2007	241,16	12/2011	202,00	X	-	-	-
Fonte: PNMPO/MTE									
Quantidade de Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (número índice)	100,00	31/12/2006	315,47	12/2011	266,61	X	-	-	-
Fonte: Sistema de Habilitações - PNMPO/MTE									
Saldo da Carteira Ativa do Microcrédito Produtivo Orientado. (número índice)	100,00	31/12/2007	307,40	12/2011	160,00	X	-	-	-
Fonte: PNMPO/MTE									
Volume de Crédito Concedido para Microcrédito Produtivo Orientado (número índice)	100,00	31/12/2006	479,09	12/2011	363,00	X	-	-	-
Fonte: Relatórios Gerenciais - PNMPO/MTE									